



# A questão da habitação e a Declaração de Cali

Os presidentes das seções nacionais da União Pan-Americana de Arquitetos reuniram-se no final de 1983 em Cali, na Colômbia, debatendo o problema da habitação na América Latina. Dessa reunião saiu um documento - a Declaração de

Cali -, do qual publicamos alguns trechos mais significativos:

“As Nações Unidas estimam que para o ano 2000 a população da Terra ultrapassará os 7 bilhões de habitantes, duplicando a população atual. Dessa popula-

ção, aproximadamente 65% viverá nos países subdesenvolvidos do Terceiro Mundo - 4,55 bilhões de habitantes que necessitarão de um mínimo de 827 milhões de moradias.

“A América Latina tem uma densidade demográfica de cerca de catorze habitantes por quilômetro quadrado, contém 16% das terras habitáveis do planeta e somente 7% da população mundial. Paradoxalmente, a quarta parte da população de cidades latino-americanas habita assentamentos infra-humanos conhecidos como *jacales* no México, *barrios* em Caracas, *favelas* no Rio de Janeiro, *suburbios* no Equador, *barriados* em Lima, *canchales* em Montevidéu, *callampas* em Santiago do Chile, *villas miseria* em Buenos Aires. Esse submundo de miséria e abandono se reflete nos 10 milhões de crianças com menos de cinco anos de idade que sofrem de desnutrição, no desemprego que alcança no conjunto cerca de 30% da população trabalhadora, num déficit habitacional superior ao número de moradias existentes atualmente. De tal magnitude a problemática da moradia na América Latina, que sua solução está condicionada à implementação de grandes transformações sociais e econômicas que permitam que nossos países superem o subdesenvolvimento e a dependência, para que as estruturas ambientais do futuro tenham características de dignidade e justiça para seus usuários.

“O déficit habitacional da América Latina não é somente um problema de quantidade de moradias a construir, ao qual se possa responder com soluções técnicas. É um problema de ordem social que deve ser abordado integralmente, tomando como base decisões políticas adequadas, dirigidas a alcançar o bem-estar do ser humano e a construir uma sociedade justa, equitativa e harmoniosa.

“O abandono do campo pela cidade é uma consequência direta da falta de uma política de estímulo à vida rural.

“É necessária a intervenção ativa de todas as associações de arquitetos nas decisões importantes sobre tudo aquilo que está relacionado com a preservação e desenvolvimento do meio ambiente rural e urbano e as políticas habitacionais que se praticam em nossos países.”

## As novas diretorias do IAB

Os departamentos do IAB tiveram eleições no mês de dezembro de 1983, com boa participação de associados e - em diversos Estados - com o registro de mais de uma chapa, o que evidencia o interesse da categoria em trabalhar através do Instituto nas questões mais importantes para sua atividade profissional e para a própria sociedade brasileira. O presidente da direção nacional do IAB, Telmo Magadan, considerou saudável e significativo que nas plataformas propostas pelas novas diretorias eleitas existem diversos pontos de contato com a da DN e seu plano de ação: “A categoria dos arquitetos está mostrando acima de tudo uma importante unidade de idéias e propósitos. Identificamos nas plataformas dos novos dirigentes uma preocupação comum de discussão da produção da arquitetura brasileira e a contribuição do arquiteto - como profissional - à sociedade.

São estes os novos dirigentes estaduais do IAB:

**Goiás** - Hideo Watanabe, presidente; Reinaldo Cunha, primeiro-vice-presidente; Jacira Rosa Pires e Lúcia Maria Moraes, membros do conselho superior.

**Rio Grande do Sul** - Maria Isabel M. M. de Balestra, presidente; Salma Cafruni, primeiro-vice-presidente; Augusto Primo Portugal, Walter Hugo Balestra, Luís Antônio V. Custódio e Sônia N. P. R. Mascarello, membros do conselho superior.

**Amazonas** - Roger de Souza Abraham, presidente; Severiano Mário Vieira de Magalhães Porto, primeiro-vice-presidente; Ivanete Cintra Machado e Ana Lúcia Nascimentos da Silva, membros do conselho superior.

**Mato Grosso** - Emili Ayoub Giglio, presi-

dente; Benedito Paulo de Campos, vice-presidente; Manoel Perez Santana, Estêvão Manuel Alves Correa e Odir Amorim Burity, membros do conselho superior.

**Rondônia** - José Augusto Drummond de Oliveira, presidente; Celso Cabral Nunes, vice-presidente; Hélvia Lúcia Reis de Fraga e Silva e Ronaldo Augusto Coelho, membros do conselho superior.

**Brasília** - José Carlos Córdova Coutinho, presidente; José Roberto Silva de Domenico, vice-presidente; Antônio Carlos Moraes de Castro, Gladson da Rocha Pimentel, Paulo de Mello Zimbres e José Eduardo Ladeira Filho, membros do conselho superior.

**Pernambuco** - Ridete Tavares Correia, presidente; Ana Angélica Lins de A. Melo, vice-presidente; Ivaldevan Calheiros, Virginia Pontual Brandão e Telma Buarque Gusmão, membros do conselho superior.

**Mato Grosso do Sul** - Alberto Victório da Costa, presidente; Jesus Edemir Escalante Ribeiro, vice-presidente.

**Sergipe** - Antônio José A. F. Castelo Branco, presidente; Elias Martiniano Diniz Filho, vice-presidente; Osiris Souza Rocha e Paulo Roberto R. Pereira, membros do conselho superior.

**Ceará** - José Tarciso Crisóstomo Prata, presidente; Raimundo Marcelo Carvalho da Silva, vice-presidente; José Alberto de Almeida, Solange Maria de Oliveira Schramm e Dionísio Torres, membros do conselho superior.

**Santa Catarina** - Sílvia Ribeiro Lenzi, presidente; César Floriano dos Santos, vice-presidente; André Francisco Câmara Schmitt e Maria Elisabeth de Quadros Pereira Rego, membros do conselho superior.

**Rio de Janeiro** - Marcos Mayerhofer Risin, presidente; Luiz Carlos Menezes Toledo, vice-presidente; Marlene Fernandes, Antônio Pedro G. de Alcântara, Affonso Accorsi e Milton Fefferman, membros do conselho superior.